



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Suprimam-se os incisos IX a XI do *caput* do art. 167 do Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O regime monofásico foi concebido para prevenir a sonegação fiscal em setores de combustíveis líquidos, coibindo práticas desleais que comprometem a concorrência. No entanto, essa lógica não se aplica ao gás natural, ao gás natural veicular (GNV) e ao biometano, gás de origem renovável, cujas cadeias produtivas são concentradas, estruturadas e rigorosamente fiscalizadas, garantindo elevado controle dos tributos incidentes na comercialização. A inclusão desses energéticos no regime monofásico, além de ineficaz, aumenta custos sobre combustíveis estratégicos para a matriz energética brasileira, comprometendo sua competitividade.

O gás natural competitivo é um indutor de desenvolvimento de diferentes setores da indústria, tendo um papel fundamental no processo de reindustrialização do Brasil e na transição para uma economia de baixo carbono. Além de ser um insumo essencial para a indústria, ele também é amplamente utilizado como combustível veicular, na forma de GNV, sendo uma alternativa sustentável e econômica aos combustíveis líquidos. No entanto, o regime monofásico prejudica a competitividade do gás natural e do GNV em relação ao gás liquefeito de petróleo (GLP) e a outros combustíveis mais poluentes, ou de maior impacto ambiental, como a gasolina e o diesel. A título exemplificativo, registre-se que enquanto o gás natural gera 53kg de gás carbônico (CO₂) por MMBTU (“British thermal unit”), o GLP gera 64kg de CO₂ por MMBTU¹. Isso gera uma distorção



tributária que afeta setores essenciais, como o comercial e o residencial, além de prejudicar motoristas e empresas de transporte que dependem de custos competitivos para operar.

O GN tem combustão mais limpa se comparada a outros combustíveis fósseis – o que pode ser visualizado no quadro comparativo abaixo² –, resultando em menos emissões de gases de efeito estufa e a quase eliminação de emissão de óxido de enxofre, fuligem e material particulado. E com o biometano, as emissões de CO₂e podem ser consideradas nulas, já que elas fazem parte do ciclo do carbono.

O GNV, em particular, é uma peça-chave na mobilidade sustentável. Ele produz emissões de gases de efeito estufa significativamente menores do que a gasolina e o diesel, contribuindo para a melhora da qualidade do ar, especialmente em grandes centros urbanos. Além disso, o transporte veicular movido a GNV é mais econômico, beneficiando diretamente motoristas autônomos e empresas de transporte, que dependem de uma alternativa viável e acessível para reduzir custos operacionais.

Além disso, o próprio Acordo de Paris, que visa limitar o aumento da temperatura global a menos de 1,5°C, reforça a necessidade de redução das emissões de carbono. O gás natural, como fonte de energia mais limpa em comparação aos combustíveis fósseis mais poluentes, é uma solução estratégica para atender a essas metas globais, contribuindo para a descarbonização do Brasil e o cumprimento dos compromissos internacionais. Nesse contexto, o GNV se destaca como uma alternativa eficiente, com menor impacto ambiental, sendo essencial para a transição para uma economia de baixo carbono.

Adicionalmente, é importante destacar que a exclusão do gás natural, do biometano e do GNV do regime monofásico alinha-se a políticas públicas estratégicas, como o programa Combustível do Futuro, que busca promover a descarbonização do setor de transportes e o uso de combustíveis mais limpos. A medida também está em consonância com o Decreto das Debêntures Incentivadas, que fomenta investimentos em infraestrutura sustentável e inovação energética, e com a Portaria 689/2023 do Ministério dos Transportes, que prioriza investimentos com foco na mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e na resiliência climática, para a construção de uma matriz energética mais limpa.



Nessa linha de raciocínio, a exclusão do gás natural e do GNV do regime monofásico permitiria a redução de custos e o fortalecimento de seu papel estratégico na matriz energética nacional, contribuindo com a universalização desses energéticos. Essa medida está alinhada aos esforços governamentais de ampliar a oferta de gás, estimular a concorrência no setor e consolidar o gás natural como um pilar da transição energética. Por outro lado, a inclusão do gás natural e do GNV no regime monofásico eleva custos tributários, desestimula a substituição de combustíveis mais poluentes e compromete os avanços em mobilidade sustentável e eficiência energética.

Assim, a exclusão do gás natural, do biometano e do GNV da monofasia beneficiará toda a cadeia produtiva, tornando-os mais competitivos e acessíveis, ao mesmo tempo em que impulsionará a geração de empregos, atrairá investimentos e fomentará a inclusão social e econômica.

Frise-se que, nos segmentos residencial, comercial e de transporte, a maior competitividade contribui para o acesso da população e das empresas a uma energia limpa, eficiente e econômica, multiplicando benefícios sociais e ambientais.

Diante desse cenário, recomenda-se que o gás natural, o biometano e o GNV permaneçam no regime de débito e crédito do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Sala da comissão, de de .

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)

